

GT8- Informação e tecnologia

ISSN 2177-3688

**CONJECTURAS INICIAIS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM DADOS: NOVAS
POSSIBILIDADES**

INITIAL CONJECTURES ABOUT THE ARCHIVISTIC DOCUMENT IN DATA: NEW POSSIBILITIES

Graziella Cé - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Daniel Flores - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Linair Maria Campos - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Dados possuem importância econômica. Além disso, alguns dados geram informações e documentos que são estratégicos para a sociedade. Este trabalho tem como objetivo analisar a produção de documentos arquivísticos em dados por meio da identificação dos tipos de instituições que produzem dados, verificando se esses podem ser considerados arquivísticos, lançando assim, luz para esse debate. Após essa primeira etapa, buscou-se entender a relação dos dados com a Arquivologia e a Ciência da Informação, visto que essas áreas de conhecimento têm como um dos seus assuntos de estudo o acesso a documentos que contenham informações confiáveis e fidedignas. Para isso, os documentos precisam estar custodiados e preservados em ambientes seguros, a depender dos requisitos de cada campo do conhecimento. Dessa forma, buscou-se compreender quais são as possíveis relações entre os dados produzidos e recebidos pelas instituições e os seus documentos de arquivo, sob a ótica da construção de um conhecimento conjunto e de possíveis diálogos teóricos entre essas duas ferramentas informacionais. Essa pesquisa utiliza como procedimento metodológico o estudo descritivo, exploratório, bibliográfico e documental, possuindo abordagem qualitativa. Como resultado, foi possível entender as relações conceituais entre os dados e os documentos arquivísticos e perceber os aspectos relacionados a realidade institucional de muitas organizações no que tange à sua produção. A contribuição ocorreu no âmbito das trocas teóricas entre a Arquivologia e a produção de dados institucionais, no sentido de garantir a integridade, autenticidade, confiabilidade, segurança e guarda dos documentos pelo período determinado e custodiados em ambientes informacionais seguros.

Palavras-chave: dados; documento arquivístico; ciência da informação; Arquivologia.

Abstract: Data have economic importance. Besides that, some data generate information and documents that are strategic for the society. This work aims to analyze the production of archival documents in data, by identification the types of institutions that produce data and whether these are considered archivistic, thus shedding light on this debate. After this first stage, we sought to understand the relationship between data and Archival and Information Science, since one of these areas of knowledge is the access to documents that contain reliable information. For this, documents need to be guarded and preserved in safe environments depending on the requirements of each field of knowledge. Thus, we sought to understand what are the possible relationships between the data produced and received by the institutions and the archival documents, from the perspective of building a joint knowledge and possible theoretical dialogues between these two informational tools. This research uses descriptive, exploratory, bibliographic and documentary studies as a methodological procedure, with a qualitative approach. As a result, it was possible to understand the

conceptual relationships between data and archival documents and perceive aspects related to the institutional reality of many organizations regarding their production. The contribution took place in the theoretical exchanges between Archival Science and the production of institutional data, in order to guarantee the integrity, authenticity, reliability, security and custody of documents for a determined period and guarded in secure informational environments.

Keywords: data; archival document; Information Science; Archival Science.

1 INTRODUÇÃO

A temática deste artigo está dentro do escopo da pesquisa que está sendo realizada no âmbito do doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), que tem como objetivo a análise do documento arquivístico e suas inter-relações com a gestão de dados e com a gestão de documentos arquivísticos digitais.

Ressalta-se que esse estudo se constitui em uma discussão inicial, fruto das primeiras percepções e análises, baseando-se na teoria e nas observações das práticas de muitas instituições. Com as novas tecnologias de comunicação e informação as pessoas passaram a modificar sua forma de interagir e se comunicar com o mundo. As instituições também seguiram essa lógica e modificaram sua forma de trabalho, pautado na concepção da transformação digital e do acesso eficaz e eficiente das informações e documentos para tomada de decisão, para melhoria da produtividade, para andamento das atividades organizacionais, para a desburocratização dos serviços administrativos, etc.

Nesse contexto, os dados são considerados os ativos mais importantes da atualidade, sendo produzidos e utilizados pela sociedade em larga escala, nas redes sociais, em *sites* de notícias, nas mais diversas ferramentas *online*. As empresas, por sua vez, que antes já produziam muitos dados passaram a produzir mais e os mesmos foram sendo registrados em banco de dados, em sistemas, em Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, dentre outras plataformas tecnológicas e muitos não foram registrados nesses sistemas.

Dessa forma, muitas vezes, esses dados não capturados e o que estão registrados nos bancos de dados e sistemas de informação não possuem um gerenciamento adequado, especialmente considerando questões concernentes a disponibilidade, autenticidade e confiabilidade. Alguns dados produzidos em instituições podem estar sendo substituídos por novos dados, sem manter o histórico ou referências aos já armazenados em tabelas desses bancos. Por exemplo, em mudanças de estado civil, nome social, dentre outros.

Como consequência, muitos dados não registrados no momento da conformação de uma atividade ou os dados modificados nos bancos de dados, sem manter o histórico das alterações pode ocasionar alterações na identificação dos dados significativos e probatórios, nas informações registradas e nos documentos criados a partir dessa cadeia de funcionamento. Dessa forma, alteram-se as fontes que permitem ao cidadão a garantia de direitos, de pesquisa e de consulta a longo prazo de ativos informacionais autênticos.

Em sistemas de informação, por exemplo, um sistema de inscrição para seleção de um mestrado e doutorado em que o usuário preenche os dados pessoais, do projeto, dentre outros dados solicitados e no final do procedimento recebe apenas a confirmação por *e-mail* que a inscrição foi concluída. Essa comprovação da inscrição é um documento de arquivo? Em programa de pós-graduação em que as inscrições de disciplinas ou a própria seleção se dá por meio de uma planilha do *Google Forms* e o usuário, às vezes, nem recebe a cópia da planilha no seu *e-mail*. Essa planilha é um documento de arquivo?

Ainda no âmbito dessa discussão, consideram-se os casos relacionados aos empréstimos de documentos registrados em uma planilha *Excel*, em que os integrantes das unidades de arquivo estão anotando os dados do envio dos documentos. Essa planilha *Excel* é em documento de arquivo?

Caso sejam documentos de arquivo, que novo tipo de documentos seria esse? Eles estão sendo capturados nos bancos de dados e nos sistemas informacionais?

Observa-se por meio de uma análise empírica que as instituições de registros civis, de seguridade social, de educação, de tributos, de saúde, bancos, dentre outras, produzem e custodiam dados, informações e documentos digitais. E como um fator ainda mais preocupante, muitos desses dados sequer são capturados, identificados e gerenciados. Mesmo se os dados forem registrados em sistemas, muitos desses sistemas, não possuem requisitos de metadados de classificação, de tempo de guarda e de eliminação dos dados.

Assim, é importante o estudo da produção desses novos tipos de documentos arquivísticos e uma reflexão sobre esses ativos informacionais nas organizações. Por esse motivo, o objetivo desse artigo é a análise dessa produção de dados, visando a contextualização e um pensar sobre essa produção, custódia e preservação.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desse trabalho se pautam nos preceitos do método qualitativo, considerando que Prodanov e Freitas (2013), dispõem que esse método tem no ambiente a fonte direta dos dados, propiciando o contato

direto do pesquisador com o objeto de estudo pretendido. Esse estudo ainda se caracteriza como um estudo exploratório, visto dispor a temática pesquisada na literatura acadêmica, por meio do levantamento bibliográfico, aprofundando, assim, a explanação teórica e científica, proporcionando, dessa forma, ao pesquisador maior familiaridade com o problema (GIL, 2008).

2 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E DADOS

Com as tecnologias de comunicação e informação e as mudanças ocorridas devido a sua utilização houve um aumento significativo do volume informacional disponível nas redes, na *Internet*, etc. Nesse sentido, para Rocha e Silva (2007) dentre o volume significativo do dilúvio informacional no ambiente digital estão os documentos arquivísticos, visto que as instituições e os indivíduos estão registrando suas atividades em bancos de dados, sistemas de informação geográfica, planilhas eletrônicas, mensagens de correio eletrônico, páginas *web*, imagens digitais e uma variedade crescente de formatos digitais.

Assim, inúmeras instituições estão produzindo documentos, através da inserção dos dados em tabela de banco de dados, não gerando um documento com forma fixa, conteúdo estável. E dessa forma, fica o questionamento se esses documentos se constituem em documentos de arquivo.

Os sistemas que utilizam dados com o papel de documentos de arquivo podem ser verificados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no uso dos sistemas acadêmicos, de assistência estudantil, em sistemas utilizados também pela Administração Pública Federal (APF) como o SOUGOV, Assentamento Funcional Digital (AFD), sistemas utilizados para atendimento de arquivos públicos como o Sistema de Orientações Técnicas (SOT) do Arquivo Nacional, dentre outros.

O SOUGOV, que segundo o BXblue (2023) é um sistema que faz parte de uma ação do projeto de transformação digital da APF, que possui o objetivo de simplificar o acesso feito pelos servidores ativos, aposentados e beneficiários no que concerne aos serviços voltados para a relação de trabalho com a Administração Federal. Nessa plataforma, no que se refere à marcação de férias de um servidor público federal de uma universidade, observa-se que a programação de férias engloba o preenchimento dos dados, com a possibilidade de dividir o período pelas parcelas, com a opção de marcar o adiantamento salarial e o adiantamento do décimo terceiro. Clica-se em programar férias e o sistema registra aquela marcação. Quando

o servidor consulta aquela programação de férias posteriormente, nos detalhes, ele consegue visualizar no extrato de férias a programação realizada. Dessa forma, não se trata de modelo de documento padrão em formato PDF por exemplo, mas sim uma linha de dados contendo a parcela e a data correspondente. Para detalhes clica-se em "detalhes" e é disponibilizada a programação mais completa, similar a uma página *Web*.

Esses documentos comprovam a matrícula de um acadêmico ao seu curso e dão o direito do servidor gozar de seus dias de férias correspondentes. Ou seja, esses documentos estão produzindo efeitos legais e a sociedade, os tribunais por meio de seus juízes estão aceitando esses documentos, muitas vezes, aceitando provas dispostas em *WhatsApp*, *Instagram*, etc. Assim, para embasar esse debate, é necessário se entender o conceito de documento de arquivo, documento de arquivo digital, dados e esse contexto de produção baseados nas tecnologias de informação e comunicação.

Heredia Herrera (1991) define o documento de arquivo como os produzidos ou recebidos por uma instituição ou pessoa no que tange a sua gestão ou atividade desenvolvida no cumprimento de suas finalidades e conservados como prova e informação.

Para Duranti (1994, p. 02, tradução nossa) documento de arquivo é “qualquer documento criado (produzido ou recebido e reservado para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade como um instrumento ou subproduto de tal atividade”.

Assim, documento de arquivo será considerado aquele documento que é produzido ou recebido no decorrer de uma atividade desempenhada por uma organização ou pessoa física.

O documento digital segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ, é a “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional” (CTDE, 2020, p. 25) e documento arquivístico digital é o “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CTDE, 2020, p. 25).

Para Rocco (2013, p. 47) “os documentos arquivísticos digitais são documentos que possuem a especificidade de serem produzidos em dígitos binários, tramitados e armazenados em meio digital”. Esses documentos segundo Rondinelli (2011) são formulados pela junção do conceito de documento, documento arquivístico e documento digital.

Nielsen, Hjørland (2014, p.225) dispõem que dados são sempre registrados tomando como base de algum interesse, perspectiva, tecnologia e prática que determinam seus significados e utilidades em diferentes contextos”. Observa-se que a contextualização, o interesse de determinada área e o olhar que se tem de um objeto é fator primordial para determinação do que sejam os dados.

Para Sayão e Sales (2020) a colocação de Nielsen, Hjørland mostra que o significado de dados é determinado por uma forte contextualização de diferentes níveis, escalas e granularidade que inviabiliza a possibilidade de definição de “tamanho único” para toda a ciência. Além disso, citam que dados se constituem “em um termo em evolução sincronizada com as amplas tendências sociais e técnicas e pelo seu uso intenso e valor ascendente para diversas finalidades” (SAYÃO; SALES, 2020, p. 33).

Ainda se tem a visão de uma cadeia conceitual.

A cadeia conceitual que caracteriza a Ciência da Informação vai desde o dado à informação e conhecimento, de acordo com a ideia de muitos de seus autores, algumas vezes incluindo saber; num crescendo de complexidade, da forma bruta e primitiva do dado à sua elaboração como informação, e sua absorção, quando relevante, na estrutura cognitiva, transformando-se em conhecimento. Esta rede de conceitos poderá ter seu processo final na cultura, aqui considerando a incorporação dessas informações relevantes entre outras manifestações e produções e vivências do homem, individuais e coletivas. (PINHEIRO, 2005, p. 40).

Essa cadeia conceitual revela um crescente de complexidade, dado enquanto elemento e insumo para produção da informação e quando essa tem significância para alguém se transforma em conhecimento.

Para Setzer (1999, [s.p.]) dado pode ser definido “como uma sequência de símbolos quantificados ou quantificáveis”.

Para esse estudo dado será considerado, segundo a conceituação de Gomes, Pimenta; Schneider (2019, p. 5), sendo “o registro do atributo de um ente, objeto ou fenômeno”. Para esses autores “o registro é o ato de registrar, ou seja, é a gravação ou a impressão de caracteres ou símbolos que tenham um significado em algum documento ou suporte físico”. Assim, pode-se considerar dado o registro em uma ficha de avaliação, por exemplo, em um banco de dados, o símbolo ou um número especificado em um documento, etc.

Para Gomes, Pimenta e Schneider

Propositalmente, o termo “registro” foi escolhido justamente para trazer a ideia de documento, ou seja, não há dado sem documento. Interessante notar que à informação também se preconiza a existência do registro, do documento. Daí encontramos um ponto de grande dúvida no senso comum sobre estas duas categorias: dado e informação. Se não houver o registro, se não houver a medição, se não houver a observação, não existe dado. Desta forma, o termo registro está intimamente relacionado ao ato de documentar e organizar pois para que haja o registro, deve-se criar minimamente um conjunto de regras para que tal registro fique ordenado para que futuramente possa ser recuperado (GOMES, PIMENTA; SCHNEIDER, 2019, p. 5).

Com base no disposto acima e na citação, observa-se a importância do registro, contido no documento, destacando a importância do ato de documentar, sendo significativo na criação e na existência dos dados.

Atualmente são muitos documentos em dados produzidos nas instituições. Pode-se ver isso nos dados não identificados, nos mais diversos sistemas, em sistema de controle de documentos, nos registros cadastrais de um banco de dados em que o documento produzido é uma ficha cadastral que é modificada a cada momento em que o usuário a acessa. Em dados acadêmicos em que o estudante preenche campos e isso gera uma ficha de cadastro, que por vezes é produzida no *Google Forms*.

Além disso, muitos documentos são gerados a partir de uma mesma vinculação a outros tipos de documentos gerados em um mesmo assunto, o que impede a eliminação de todos um conjunto documental, pois se um documento tem como temporalidade a guarda permanente todos gerados a partir daquela vinculação são de guarda permanente. Prevalecendo, assim, o prazo de guarda com maior temporalidade.

Como caracterizar esses dados? Esses dados têm valor arquivístico? Eles servirão de prova, informação, testemunho e vão colaborar com a ação, função, papel de um documento de arquivo?

Estes documentos estão chegando às unidades arquivo? Estão sendo tratados? Ainda diante dessa realidade, os arquivistas vão solicitar a transformação de todo o sistema e/ou banco para forma fixa e conteúdo estável? Qual seria essa viabilidade?

Na análise e observação das características do documento de arquivo a citar forma fixa, conteúdo estável e variabilidade limitada sob uma nova perspectiva e observar que as mesmas não estão mais contemplando a realidade é de suma importância para dar os primeiros passos e identificar o tratamento a ser despendido a esses documentos de arquivo em dados.

Rocco (2013) sobre as representações da forma dos documentos dispõe que

Devem se manter fixas no documento arquivístico digital, ou seja, uma vez criado o documento, a forma documental que possui deve ser a que se manterá ao longo do tempo. Ainda, o conteúdo do documento arquivístico digital deve ser estável, característica também complicada no âmbito digital, devido à facilidade com que a informação pode ser alterada. Logo, tanto o risco da manutenção da forma fixa quanto a do conteúdo estável configuram-se como um problema dos documentos arquivísticos digitais (ROCCO, 2013, p. 50).

Para essa autora, “se a informação contida no sistema é fluída e sofre, ainda, constantes transformações, não pode ser considerada um documento arquivístico. Este, só passa a existir quando tais forma e conteúdo são estabilizados, fixados” (ROCCO, 2013, p. 50).

No diálogo com essa estudiosa, levanta-se a questão relativa ao fato de que muitos documentos estão sendo produzidos dinamicamente nas bases, *softwares*, etc. e se esses registros não forem considerados documentos de arquivo por não estar estabilizado e fixado com quem ficará a responsabilidade dessa custódia? A quem o usuário irá se dirigir em um futuro não tão distante? As unidades de arquivo e seus profissionais se eximiriam de uma responsabilidade na custódia desses registros?

Devido a essa quantidade de questionamentos sem respostas estabelecidas na literatura e na ciência é preciso um estudo no sentido de ir provocando e promovendo o debate entre as áreas do conhecimento. Nesse sentido, a Arquivologia e Ciência da Informação (CI) precisam olhar para os dados não identificados na conformação de uma atividade, documentos mantidos em pastas nos computadores pessoais como fotos, planilhas produzidas em função de uma atividade institucional, para os bancos de dados e sistema de informação, pois nesses ambientes estão o registro de atividades desempenhadas em decorrência de uma função. Esses dados necessitam ser olhados sob uma nova perspectiva no que tange à identificação e registro dos dados e das informações.

Dessa forma, coloca-se em evidência uma problemática na identificação dos documentos arquivísticos em referência à teoria e à necessidade de atualização dessa identificação e da aceitação desse novo tipo de documento.

Como resultado inicial desta discussão e como forma de ir acomodando os estudos realizados, considerou-se esse novo tipo de documento como documento de arquivo em dados ou documento arquivístico em dados, ainda não tendo uma nomenclatura definida.

São várias questões e muitas de suas respostas serão fruto do resultado de muito estudo e aplicação de pesquisa teórica e prática em algumas instituições. As questões dispostas ao longo deste artigo visam aprofundar o tema de pesquisa e provocar os pesquisadores, à medida que conchama à área da CI para olhar para os dados e especificamente nesta pesquisa proposta, aos dados institucionais.

Diante desse contexto, é preciso um convite à reflexão e ao diálogo de como os arquivistas vão gerenciar identificar esses dados. Como esses profissionais vão gerenciar um banco de dados ou custodiar esses dados? Sugere-se que, a área e os profissionais possam abrir caminhos para essas novas questões e debater essas temáticas, propondo diretrizes, metodologias, pois esses dados se constituem em provas, testemunho de uma ação, contam uma história e registram uma memória e, portanto, devem ser devidamente custodiados e preservados de forma adequada.

No que se refere a análise do gerenciamento dos dados é necessário também averiguar as relações dos elementos concernentes à gestão, eliminação, ciclo de vida e a gestão de documentos em arquivos digitais, buscando o entendimento de como ocorre a relação entre a produção de dados confiáveis e os documentos de arquivo digitais, considerando a validade desses dados como registros arquivísticos e como evidência de prova.

Na esfera institucional observa-se um entrelaçamento e um distanciamento de legislações por meio de atos regulatórios como a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991- a Lei de Arquivos, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 intitulada como Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, doravante LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Um entrelaçamento à medida que essas legislações se complementam, mas um distanciamento, pois não dialogam entre si, visto que, por exemplo, a Lei de Arquivos não traz no seu âmago o dado e a LGPD não faz referência formal a Lei de Arquivos e as possíveis contribuições.

Assim, os cientistas da informação precisam mediar as conexões entre essas leis e apresentar essas interlocuções no seu ambiente institucional, aproximando assim as unidades de documentação e informação com as unidades de planejamento, de tecnologia da informação, da ouvidoria, dos escritórios de processos, dentre outras e para isso é necessário compreender o vínculo entre gestão de dados e gestão de documentos.

3 GESTÃO DE DADOS E GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão de documentos é conceituada pela Lei 8.159 de 1991, Art. 3º, como sendo “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991) e como o próprio nome indica refere-se ao gerenciamento de documentos.

A conceituação de gestão de documentos mantém-se a mesma no que tange aos documentos digitais, considerando que a especificidade passa a ser o suporte e suas características específicas a fim de tornar o documento autêntico e confiável durante seu ciclo de vida. Por conseguinte, as características estão diretamente ligadas com a criação, ou emissão, a manutenção e o acesso aos documentos digitais de forma inalterável, confiável e autêntica constituindo-se em elemento basilar para as organizações e para a sociedade, pois os documentos contêm registros da função administrativa, probatória administrativa, contábil, jurídica, além da função testemunhal e informativa.

Mas esses documentos são produtos de uma atividade que se inicia com a coleta dos dados. Dessa forma, caso algum dado não tenha sido registrado, corrompido, modificado e eliminado indevidamente os documentos poderão sofrer alterações. Modificando, assim, sua autenticidade, fidedignidade e confiabilidade. O profissional da informação e nesse contexto de gestão de documentos, o arquivista, precisará se inteirar dessa produção de dados e pensar a maneira adequada de trabalhar as inter-relações gestão de dados e a gestão de documentos.

A gestão de dados está intrinsecamente ligada especialmente a estudos relacionados à comunicação científica. No entanto, observa-se através da literatura poucos estudos sobre os dados institucionais gerenciados por organizações, no decorrer das atividades cotidianas, como os dados produzidos em um banco, em lojas, em farmácias, em faculdades, universidades, dentre outras. Apesar dessa constatação, esses dados devem ser estudados, pois são de primordial importância à sociedade na comprovação de uma atividade já realizada ou em desenvolvimento como um curso de graduação, um projeto de pesquisa, um projeto de extensão, mostrando, assim, papel na sociedade, a citar no caso descrito um papel enquanto aluno de uma universidade. Mas essas atividades poderiam demonstrar

outros papéis como o de professor de uma universidade, cliente de uma instituição bancária, dentre outros.

Os dados institucionais passaram a ter maior destaque a partir de legislações como a de dados abertos, a LGPD e a partir de estudos na academia sobre governança de dados, necessidade de proteger os dados pessoais, dentre outras temáticas. Nesse contexto, é primordial gerir, manter, preservar os dados, pois eles estão presentes nas mais variadas esferas institucionais, servindo para comprovar que um fato, um acontecimento existiu e uma necessidade administrativa foi atendida.

Diante dessa realidade e diálogos entre áreas do conhecimento, tem-se a discussão dos dados abertos, visto que estão inseridos dentro de um âmbito de ampliação da divulgação e acesso informacional, pois determinados dados devem estar abertos e disponíveis para consulta, uso, reuso e consumo. O Portal Brasileiro de Dados Abertos permite que os usuários possam consultar, baixar os dados em formato aberto, cruzar os dados desejados e ter uma informação que pode auxiliar esse usuário a cobrar do governo, das instituições determinadas ações sobre, por exemplo, o uso do dinheiro público em determinada obra.

Nesse sentido, é preciso examinar o processo de produção, manutenção e disponibilização de dados digitais por meio da inserção do contexto de produção, proveniência e preservação, assim como a possibilidade de verificação de autenticidade e fidedignidade dos dados armazenados e preservados.

O tratamento de dados adequado é fundamental para garantir a confiabilidade e a autenticidade dos documentos produzidos e recebidos. Assim como o tratamento de dados é imprescindível para a autenticidade e confiabilidade dos documentos, o tratamento dos documentos pode garantir a autenticidade e confiabilidade dos dados, visto que a custódia segura dos documentos pode garantir a autenticidade e confiabilidade dos dados.

É necessário um zelo, um cuidado dos profissionais da informação quando o assunto é gestão e preservação dos dados, pois isso vai permitir um acesso confiável aos cidadãos na consulta de seus dados coletados e armazenados e para as instituições segurança jurídica e institucional. As pessoas têm direito de receber dos órgãos documentos autênticos que comprovem seus direitos e que imprimam suas obrigações. Destaca-se que o acesso a dados, informações e documentos confiáveis é fator primordial em uma sociedade democrática, promovendo e permitindo a participação das pessoas na sociedade por meio da divulgação

de ativos informacionais que dizem o que de fato devem dizer, sem alterações e adulterações.

4 CONCLUSÃO

O debate dos documentos arquivísticos em dados faz parte do estudo da tese que está em elaboração, cujo tema escolhido mostra a importância de uma pesquisa voltada para a discussão dos documentos digitais, suas nuances e complexidades, a fim de compreender esse novo tipo de documento. A pesquisa, portanto, busca preconizar a necessidade de se ter conhecimento, de se desenvolver diretrizes para trabalhar com esse novo tipo de documento, buscando manter, preservar, difundir e reusar dados autênticos

Diante do discutido anteriormente observa-se a necessidade de compreender e estudar essa nova forma de produzir documento de arquivo e a sua interligação com a gestão de dados e com a gestão de documentos arquivísticos, principalmente dos digitais, trazendo, assim, uma perspectiva de pesquisa que possibilite apresentar e caracterizar o documento de arquivo em dados.

Observa-se que as instituições precisam identificar, gerenciar e preservar os dados produzidos e recebidos, no entanto verifica-se falta de metodologia na CI e, principalmente, na Arquivologia, fato que coaduna com uma dificuldade em tratar esses dados como evidência documental e testemunhal. Por meio de uma observação empírica realizada dentro das IFES, identifica-se que partes dessas organizações produzem e não identificam esses dados com função de documento arquivístico. Maiores apontamentos e discussões serão apresentadas, conforme andamento da pesquisa.

Assim, é preciso olhar sob a ótica de perspectiva integrada no que tange à identificação e gerenciamento de dados, informações e documentos, visando o entendimento desse novo tipo de documento, considerando desde os aspectos da criação até o recolhimento aos arquivos permanentes digitais.

A pesquisa em desenvolvimento é importante para o avanço das discussões na CI e na Arquivologia, visto que buscar abranger o gerenciamento de dados e dos documentos arquivísticos digitais e o uso dos dados nesse contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 18 de set de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm; Acesso em: 07 jul. 2023.

BXBLUE. **SouGov web**: o que é e como acessar a plataforma SIAPE. 2023. Disponível em: <https://bxblue.com.br/aprenda/sougov-web/#:~:text=O%20SouGov%20%C3%A9%20uma%20das, trabalho%20com%20a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Federal>. Acesso em: 21 set. 2023

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS- CTDE. **Glossário**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p.49-64, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, J. C.; PIMENTA, R. M.; SCHNEIDER, M. A. F. Mineração de dados na pesquisa em ciência da informação: desafios e oportunidades. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123346>. Acesso em: 18 set. 2023

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

NIELSEN, Hans Jørn; HJØRLAND, Birger. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation** , v. 70, n. 2, p. 221 - 240, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-03-2013-0034/full/html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação e sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.15, n.1, 2005. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/23> . Acesso em: 15 jan. 2023.

ROCHA, C. L.; SILVA, Margareth. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 20, n. 1/2, p. 113-124, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44361>. Acesso em: 18 set. 2023.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**. Dissertação (mestrado em ciência da informação) – programa de pós- graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal Fluminense - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

SAYÃO, L. F. SALES, L. F. Afinal, o que é dado de pesquisa? **BIBLOS**, 34(2), 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/11875>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **Datagrama zero**, Rio de Janeiro, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7327>. Acesso em: 10 ago. 2021.